

Narrativas do Fórum Florestal da Amazônia sobre Legalidade

Contexto geral

A Amazônia brasileira atingiu o patamar de 20% de seus ativos florestais desmatados (Lovejoy e Nobre, 2019), o que representa um risco do ponto de vista de regulação hidrológica e climática, tendo ocorrido nos anos recentes uma aceleração das taxas de desmatamento. A história de destruição da floresta tropical amazônica remonta à década de 1960, quando foi iniciada a construção das estradas oficiais, uma estratégia empregada na região para facilitar o rápido avanço da fronteira agropecuária.

Um importante catalisador da degradação e do desmatamento das florestas amazônicas foi a expansão da fronteira agropecuária, normalmente precedida da atividade madeireira ilegal como parte do processo. Isto ocorreu porque a extração de madeiras de alto valor comercial viabilizou economicamente a abertura de estradas privadas no interior da Amazônia, com a posterior conversão da floresta para outros usos do solo. De fato, uma parcela importante dos proprietários de terras usou justamente a renda produzida pela madeira para a implantação dos pastos, aproveitando o fato de que, durante muitas décadas, havia uma abundância de financiamentos do governo voltados para a pecuária.

Do ponto de vista econômico e social, a exploração ilegal mina as possibilidades de geração de empregos formais e de qualidade associados à cadeia da madeira, apoia a evasão de tributos e divisas, e incentiva os assassinatos no meio rural e os conflitos pelo uso da terra e de seus recursos associados. Estima-se que, ainda nos dias de hoje, pelo menos 80% das transações de madeira da Amazônia ainda tenham algum nível de ilegalidade. De um ponto de vista da área florestal submetida à exploração, estudos demonstram que, em 2023, cerca de 35% da área explorada na Amazônia era ilegal (Simex, 2024). Na prática, a exploração ilegal inclui uma gama de situações que se estendem desde a madeira extraída em áreas na qual a exploração é proibida (como territórios indígenas), até madeira produzida com documentação supostamente legal, mas cuja cadeia de produção contém fraudes e irregularidades (Nonato et al., 2024).

Desde 2006, com o início dos processos e políticas voltadas à descentralização da gestão florestal, os sistemas de controle florestal passaram por evoluções no esforço de se tornarem mais robustos, mais transparentes e menos propensos à fraude. Desde 2007, os estados do país passaram a ter sistemas eletrônicos de controle da cadeia de transporte, comercialização e processamento de produtos florestais baseados em guias eletrônicas, como o Documento de Origem Florestal (DOF) e, no caso de estados como o Mato Grosso e Pará, guias florestais de sistemas independentes chamados de SISFLORA (sigla de Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais). Previsto no artigo 35 do chamado Novo Código Florestal (Lei Federal N° 12.651/2012), o governo federal criaria em 2014, o SINAFLOR, ou *Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais*, através da Instrução Normativa N° 21 do Ministério do Meio Ambiente, em um esforço de centralizar e integrar os sistemas de controle florestal brasileiros. Entretanto, tais sistemas ainda não se mostram blindados contra a exploração ilegal, enquanto uma série de fraudes e irregularidades foram, com o tempo, desenvolvidas e aprimoradas pelos operadores privados.

De um ponto de vista dos mercados, os produtos madeireiros gerados em florestas naturais da Amazônia têm sido vistos, historicamente, como insumos de baixo custo para o desenvolvimento da construção civil, com forte participação dos consumidores públicos e privados no sul e sudeste do país. A participação dos mercados internacionais se limita ao consumo de produtos com maior valor agregado, também para projetos de construção civil,

mas em patamares muito inferiores ao consumo interno brasileiro. Em 2021, foi estimado pelo Imaflora que 16% dos produtos de madeira gerados na Amazônia entre 2018-2020 foram exportados (Lentini et al., 2022).

Os mercados externos, com ênfase na União Europeia e nos Estados Unidos, têm realizado um esforço contínuo de aprimorar seus próprios regulamentos internos de modo a pressionar os operadores de mercados exportando produtos do exterior a seguirem com avaliações rigorosas no sentido de barrar a entrada de madeira oriunda de práticas ilegais e de desmatamento (Andrade et al., 2024). Neste sentido, tem colocado aos produtores brasileiros requerimentos mais rigorosos para a compra de produtos madeireiros da Amazônia em comparação aos mercados internos. Também é digno de nota, neste ponto, a tendência, demonstrada por estudos recentes conduzidos pelo Imaflora, de aumento do consumo de produtos madeireiros amazônicos nas cidades da própria região Norte e Nordeste do país (Lentini et al., 2020), principalmente em decorrência do aumento da classe média urbana e, conseqüentemente, do aquecimento da construção civil nestas regiões.

A alternativa: o manejo florestal em florestas naturais

O paradoxo da situação da exploração ilegal de madeira que ainda persiste na Amazônia é que existem hoje modelos capazes de conciliar o uso e a conservação das florestas, através das técnicas de **manejo florestal**¹. O manejo inclui um conjunto de práticas capazes de extrair os produtos da floresta de modo a minimizar os impactos da exploração. Os modelos de manejo florestal foram desenvolvidos ao longo de algumas décadas de experimentação e pesquisa, desde a década de 1960, de modo a reunir um conjunto de técnicas, realizadas tanto em campo como em escritório, durante o planejamento, que permitissem que a floresta continuasse conservada mesmo diante da exploração para a extração de madeira e de outros produtos.

O manejo florestal é hoje a melhor alternativa para aliar a conservação das florestas da Amazônia com o desenvolvimento das comunidades rurais do interior da região. O manejo é uma ferramenta importante para gerar renda e empregos para os trabalhadores e as comunidades localizadas nos municípios do interior da Amazônia. As comunidades amazônicas podem se beneficiar do manejo florestal realizando a exploração diretamente em suas áreas, contratando empresas para realizar a exploração ou concorrendo a concessões florestais em áreas públicas. Destaca-se também a possibilidade do manejo florestal de uso múltiplo, principalmente em áreas onde é praticado o manejo florestal comunitário e familiar, pois além da extração de madeira, há possibilidade de exploração de produtos florestais não-madeireiros, como sementes, óleos, frutos e outros produtos da sociobiodiversidade capazes de gerar renda para essas comunidades aliada à conservação das florestas.

Nos dias de hoje, fazer o manejo florestal para extrair madeira de florestas amazônicas é lei (Lei Federal 12.651 de 2012, Instruções Normativas do IBAMA 04 e 05 de 2006 e Resolução CONAMA 406/2009). Mas, por diversas razões, a exploração predatória e ilegal ainda supre uma parcela significativa da demanda por madeira em tora da Amazônia, especialmente para a demanda posta pelo mercado de construção civil doméstico brasileiro de baixa renda.

¹ Para o Instituto Floresta Tropical (IFT), temos que o manejo florestal é “o uso de práticas de planejamento e de princípios de conservação que visam garantir que uma determinada floresta seja capaz de suprir, de forma contínua, um determinado produto ou serviço”. Outra definição comumente utilizada, dada pela Lei Federal 11.284, de 2006, que regula a Gestão de Florestas Públicas, é de que o manejo florestal é a “*administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando os mecanismos de sustentação do ecossistema e considerando a utilização de múltiplas espécies madeireiras, de múltiplos produtos e subprodutos não madeireiros, bem como a utilização de outros bens e serviços de natureza florestal*”.

Sua persistência dentro do setor florestal da Amazônia tem levado ao estabelecimento de um parque industrial obsoleto que continuamente migra para as novas fronteiras toda vez que a madeira escasseia na região de origem, prevenindo o surgimento de novas aplicações para a madeira da Amazônia e novas tecnologias.

Para mudar este cenário, é importante estimular o consumo de madeira de origem responsável e comprovadamente manejada. A premissa é de que o mercado pode e deve ter um papel crucial na mudança de paradigma de uso e de conservação das florestas da Amazônia. Hoje os empreendimentos que melhor têm aplicado as técnicas de manejo aliadas às práticas sociais aprimoradas são representados por empresas e comunidades certificadas pelo FSC® (sigla de *Conselho de Manejo Florestal*). Desde 2006, existe também a possibilidade de ampliar a área de exploração madeireira legal regida por práticas de manejo através das concessões florestais. Neste sentido, é importante salientar que as concessões florestais operam por meio de mecanismos de controle mais rigorosos que o manejo florestal privado, com processos públicos desde a definição das áreas que poderão ser objeto de concessões, passando pelos editais e licitações da exploração, até o controle e monitoramento. Além disso, as concessões remuneram o Estado, além de terem que cumprir metas ambientais, econômicas e sociais (ex. número de empregos, investimento em comunidades locais etc.).

Existe também na Amazônia uma tendência de crescimento de cultivos florestais voltados à produção de madeira e de outros produtos em escala, que podem se tornar uma importante fonte de suprimento aos mercados responsáveis nos próximos anos, incluindo para o desenvolvimento de novos produtos. Também é mérito de nota que, em função da necessidade de recomposição de reservas legais de propriedades rurais em diferentes regiões da Amazônia nos dias atuais, de modo a cumprir plenamente com os requerimentos do Código Florestal brasileiro, as florestas plantadas com espécies nativas da região- se mostram como alternativas econômicas importantes aos produtores que possuam este passivo legal.

Outro aspecto relevante é o fato de que há uma grande diversidade de espécies florestais de interesse madeireiro na Amazônia, entretanto, apenas uma parcela pequena de essências valiosas é atualmente usada em escala. Segundo estimativas do Imaflora, cerca de 50% do volume de produtos madeireiros produzidos na Amazônia na última década são oriundos de um conjunto de apenas 15 a 20 espécies arbóreas (Andrade et al., 2022). Para expandir o conjunto de espécies utilizadas pelos mercados é necessário prover aos compradores de madeira as informações sobre as propriedades das espécies menos comercializadas, o que requer avanço em pesquisas acerca de suas propriedades físicas e mecânicas, principalmente quanto à resistência, durabilidade e estética, para que haja maior compreensão sobre a aplicação adequada em materiais e produtos.

O Grupo de Trabalho em Mercados do Fórum Florestal da Amazônia

O *GT Mercados* tem se desenvolvido enquanto iniciativa de adesão voluntária de membros do Fórum Florestal da Amazônia, formada por representantes de entidades chaves no setor florestal (organizações da sociedade civil, academia, governos, empresários e setor produtivo), organizados para a tomada de ações conjuntas que se relacionem ao fomento a mercados responsáveis de produtos madeireiros e florestais da Amazônia, tanto originados de florestas naturais como plantadas.

No planejamento estratégico conduzido até o momento, se encontram ações como campanhas para a promoção da madeira responsável, a promoção de produtos advindos de espécies madeireiras menos conhecidas, além da conscientização dos operadores de

mercados. A lógica de atuação é que, no momento atual, a cadeia de comercialização de produtos florestais, desde a sua origem até a ponta do mercado, tem encorajado os altos índices de contaminação da produção madeireira por insumos de origem ilegal, estimulando, deste modo, uma competição desleal entre os produtos de origem responsável com os de origem predatória. Os mercados responsáveis, tanto públicos como privados, têm um papel central na mudança deste cenário. Outras ações fomentadas tratam de iniciativas para promoção do plantio comercial de espécies nativas.

Neste contexto, listamos abaixo os principais **posicionamentos e valores compartilhados pelo Fórum Florestal da Amazônia** na execução de suas ações referentes ao fortalecimento do Manejo Florestal Sustentável e da legalidade no setor florestal:

1. O manejo florestal responsável é uma alternativa econômica central para a Amazônia, que concilia uso econômico, conservação ambiental e geração de emprego e renda
2. Devido aos problemas de fraudes promovidas nos sistemas oficiais de controle florestal, agravadas pelo ambiente de alta corrupção existente no setor florestal brasileiro, entendemos que a madeira de origem comprovadamente responsável é representada hoje pelos produtos originados de concessões florestais e de empreendimentos certificados de modo independente (a exemplo do FSC), em florestas naturais, assim como os produtos advindos de florestas plantadas. Em suma, apenas a documentação propiciada pelos sistemas oficiais de controle não contempla automaticamente o cumprimento de todas as salvaguardas socioambientais legais necessárias. Portanto, é imprescindível o fortalecimento dos órgãos de comando e controle em nível federal e estadual, para que possam dar escala a sua atuação de fiscalização, seja coibindo a exploração madeireira ilegal na Amazônia e/ou punindo criminosos ambientais.
3. O modelo de concessões florestais deve ser incentivado, desde que preservadas as salvaguardas socioambientais previstas na legislação. Também é necessário incentivar a participação e adesão de organizações de base comunitária (cooperativas) nas concessões florestais. Para isso, é necessário o estabelecimento de políticas públicas adequadas à realidade social e econômica desse grupo, a fim de permitir que concorram de maneira justa às concessões florestais.
4. O aprimoramento das rotinas ligadas a compra de produtos de madeira deve ser incentivado, seja através de instrumentos legais ou mesmo por pactos realizados junto ao setor produtivo, no sentido de desencorajar de modo consistente o comércio de produtos de origem ilegal nos mercados.
5. A despeito do ponto acima, o consumo de madeira de florestas naturais e plantadas deve ser incentivado, ressaltando que os plantios comerciais devem ser prioritariamente estabelecidos em áreas já alteradas e degradadas, evitando, portanto, desmatar áreas de floresta nativa para esse objetivo.
6. A madeira é hoje a melhor opção posta ao desenvolvimento da construção civil, visto que contém uma pegada energética e climática muito inferior aos produtos alternativos, como o aço, ferro, alumínio, cimento/concreto e plásticos, com potencial para solucionar o *déficit* habitacional brasileiro, capaz de superar este desafio e cumprir as NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas) brasileira de modo concomitante.
7. É fundamental o aumento da diversificação de espécies e produtos oferecidos aos mercados responsáveis, não apenas para aumentar a competitividade econômica do

- manejo florestal frente a outros usos da terra, mas também para ampliar a sustentabilidade ambiental das essências madeireiras nas florestas de produção no longo prazo.
8. Os governos brasileiros, em suas diferentes instâncias, têm um papel fundamental no fomento a mercados sustentáveis pelo seu poder de compra, neste momento também concentrado na escolha de prestadores de serviços para obras de interesse social e de uso público. Deste modo, precisam assumir seu papel de protagonismo nos mercados responsáveis de produtos de madeira e florestais da Amazônia, aprimorando suas rotinas de compras, fiscalização, transparência e controle dos insumos que são adquiridos com esta finalidade.
 9. É fundamental a ampliação de linhas de créditos para fortalecer o custeio de operações florestais, tanto para o manejo florestal sustentável como para a silvicultura de espécies nativas.
 10. A tecnologia atualmente empregada para a conversão de toras para produtos de madeira na Amazônia é obsoleta, gerando grandes desperdícios e agregando pouco valor. Ao mesmo tempo, o parque industrial da Amazônia está um passo atrás na produção de novos produtos oriundos de madeira, a exemplo de painéis, produtos engenheirados, entre outros. É preciso a atração de investimentos na própria Amazônia para o uso de espécies nativas e exóticas em novas plantas industriais, com ênfase no investimento do setor público em ciência e tecnologia capaz de trazer inovação para o setor.

A agenda e estratégia do Fórum Florestal da Amazônia e do GT Mercados

O Fórum Florestal da Amazônia tem como missão ser um espaço de diálogo e engajamento do setor florestal para promover a governança e construção coletiva de soluções inclusivas para o desenvolvimento sustentável e o bem-viver na Amazônia. Fundado em junho de 2021, durante o período de pandemia de coronavírus, conta com cerca de 80 membros dentre organizações da sociedade civil, setor produtivo, instituições de ensino e pesquisa, povos indígenas e comunidades.

No marco de seu planejamento estratégico, o Fórum Florestal da Amazônia definiu 14 objetivos estratégicos e ações relacionadas. Dentre as áreas / temáticas prioritárias de trabalho do GT Mercados está a discussão sobre o que é legalidade e a promoção do mercado legal no contexto dos produtos florestais madeireiros e não madeireiros - de florestas nativas e plantações florestais.

Este documento é um posicionamento do Fórum Florestal da Amazônia, elaborado sobre a liderança do GT Mercados.

Referências Bibliográficas

Andrade M. B. T.; Costa, J. N., & Carvalho, T. C. 2024. O papel dos mercados internacionais madeireiros da Amazônia no cumprimento dos requerimentos de legalidade e de desempenho socioambiental. Boletim Timberflow nº 15 - Imaflora — 20 páginas. Disponível em: https://www.imaflora.org/public/media/biblioteca/boletim_timberflow_15_julho_2024.pdf

Andrade, M. B. T.; Zenid, G. J.; Lentini, M. W.; dos Santos, H.; Nunes, F. & Costa, J. N. 2022. Espécies madeireiras nativas menos comercializadas: uma oportunidade para produção e conservação na Amazônia brasileira. Boletim Timberflow nº 9 Imaflora — 19 páginas. Disponível em: https://www.imaflora.org/public/media/biblioteca/boletim_timberflow_set_2022.pdf

Lentini, M. W.; Sobral, L. & Vieira, R. 2020. Como o mercado dos produtos madeireiros da Amazônia evoluiu nas últimas duas décadas (1998-2018)? Boletim Timberflow nº 2 – Imaflora — 11 páginas.

Lentini et al. 2022. Acertando o Alvo 4: Panorama Atual e Tendências para Mercados Sustentáveis de Madeira da Amazônia. Imaflora — 96 páginas.

Lovejoy, T. E., & Nobre, C. 2019. Amazon tipping point: Last chance for action. *Science Advances*, 5(12), eaba2949.

Nonato, L.; Russo, V.; Costa, B.; Moreno-Vera, F.; Toledo, G.; de Jesus, O., Vieira, R; Lentini, M. & Poco, J. 2024 (Preprint). Analyzing Timber Trade in Brazil: assessing timber networks and supply chains. Disponível em: <https://www.researchsquare.com/article/rs-4580916/v1>

Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (Simex): Mapeamento da exploração madeireira na Amazônia – Agosto 2022 a Julho 2023. 2024. Belém: Imazon, Idesam, Imaflora e ICV. Disponível em: https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2024/10/Infografico_SIMEX_AMAZONIA_ago2022_jul2023_PT.pdf